

## TENDÊNCIAS DA CRÍTICA LITERÁRIA CONTEMPORÂNEA: UM ESBOÇO

*Sônia L. Ramalho de Farias<sup>1</sup>*

### RESUMO

O ensaio apresenta um quadro sucinto das principais tendências da crítica literária contemporânea, buscando, concomitantemente, apreender o deslocamento de rumos da teoria da literatura no séc. XX em relação ao panorama teórico do séc. XIX. Entre as abordagens focalizadas, enfatiza-se, pela importância e fecundidade de suas posições, a Estética da Recepção (Jauss) e sua variante teórica, a Estética do Efeito (Iser).

Palavras-chave: Tendências críticas, séculos XIX e XX.

### ABSTRACT

The essay presents a brief summary of the main tendencies concerning the contemporary literary criticism aiming to, concurrently, acquire the route displacement of the literary theory in the XX century in relation to the theoretical outlook of the XIX century. Among the focused approaches, it is highlighted, due to the importance and fecundity of their points of view, the Aesthetics of Reception (Jauss) and his theoretical deviation, the Aesthetics of Effect (Iser).

Keywords: Critical tendencies, XIX and XX centuries.

Refletir sobre algo tão complexo como as tendências da crítica literária contemporânea no espaço relativamente exíguo de um ensaio com características de resenha exige uma postura de síntese capaz de, ao mesmo tempo, delinear o tema recortado, sem isolá-lo numa apreciação meramente sincrônica, descontextualizada ou descritiva. Tento, portanto, aqui, apresentar um quadro sucinto das principais tendências dos estudos literários, a partir daquele já considerado como o “século da crítica”, o século XX, em cotejo com a produção crítica anterior. Isso pressupõe observar, de forma concomitante, o deslocamento dos rumos da teoria da literatura face ao panorama teórico do séc. XIX, caracterizado por duas tendências opostas. De um lado, o historicismo e as ciências naturais, que orientam respectivamente os estudos filológicos e a história positivista, segundo o cientificismo da época. De outro, o impressionismo crítico, que refuta qualquer possibilidade de estudar objetivamente o objeto literário, concebendo-o apenas como elemento possibilitador de fruição, de acordo com as idiosincrasias do crítico<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro-RJ. Ensaísta e professora do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

<sup>2</sup> Este texto foi escrito com base em palestra realizada no Seminário Maranhense de Estudos Lingüísticos e Literários - X Semana de Letras: Textos e Contextos. São Luis. UEMA, 16-20/06/2008.

Embora diferentes, tanto a filologia (irradiada da Alemanha), quanto a história positivista (surgida na França) têm em comum uma concepção causalista e totalitária de história que as exime de explicitar seus pressupostos teóricos, mantendo, em consequência, implícita a teorização sobre seu objeto de estudo, conforme já acentuou Costa Lima (2002, p.451). No dizer do ensaísta, tal postura oferece ao estudioso da literatura uma “função tranquilizadora” face ao conhecimento do literário. Isto é, desobriga-o de explicitar sua concepção de literatura, mantida implícita, via subsídios filológicos e históricos:

Para o filólogo esta teoria implícita era fornecida pelo pensamento historicista: a obra literária individual manifestava um espírito ou vontade nacional, que explicitava a diferenciação das obras pertencentes a períodos diversos ou a outras literaturas e, ao mesmo tempo, justificava sua então só aparente inutilidade. Para o historiador positivista, tratava-se de se aproximar neutra e imparcialmente das obras, menos para “curti-las” do que para classificá-las, tornando-as, assim, tão objetivas quanto seria de esperar da assepsia científica” (LIMA, 2002, p. 451-452).

Derivadas desse quadro, que pressupõe uma “visão totalista dos produtos sociais” (LIMA, 2002, p.452), perspectiva segundo a qual a literatura é um mero epifenômeno da sociedade, legitimada pela história e desprovida, portanto, de qualquer especificidade, surgem na França do séc. XIX modalidades de abordagem crítica, cujas variações de enfoque resguardam, no entanto, os mesmos pressupostos positivistas. Entre elas, destacam-se a crítica biográfica, a crítica determinista e a evolucionista. A primeira é representada, sobretudo, por Sainte Beuve (1804-1869), no contexto do romantismo e na esteira de Mme. de Staël e do discípulo desta, Villeman, criador do chamado “método histórico”<sup>3</sup> e do “método biográfico”. Na segunda modalidade destaca-se Hipólito Taine (1828-1893), que, orientado pelo naturalismo positivista de Comte, busca imprimir uma sistematização mais científica ao sinuoso determinismo implícito no biografismo de Beuve, concebendo a obra e o homem como determinações das “condições históricas”: a raça e o meio (físico e social). Justifica-se, portanto, a aplicação dos métodos das ciências naturais à literatura. A última vertente crítica, devedora do determinismo tainiano e do evolucionismo de Darwin e Haeckel, faz-se representar por Ferdinando Brunetière (1849-1907). Se o biografismo explica a obra pela vida do autor ou conjectura a vida através da obra, cabe ao evolucionismo justificar as

---

<sup>3</sup> No enalço de Mme. de Staël, Villemain compreende a literatura como a expressão estética da sociedade. A tentativa de comprovação dessa tese leva-o a compor “quadros” (*tableaux*) de época, cuja ênfase recaía na estrutura social e na apreensão desta pelos escritores, analogamente identificados a peças de um grande tabuleiro onde atuam movidos por molas comuns a todos. Essa “comunidade de molas” seria responsável pela fisionomia familiar da produção literária de um dado período, não obstante as diferenças individuais de cada autor. A esse processo de compreensão do literário Villemain denomina “método histórico”. Ver a propósito Bonet (1969, p.57-58).

transformações dos gêneros literários, tendo como modelo a teoria darwinista da evolução das espécies. Com base nela, o crítico ressalta o “fator individualidade”, acionado para justificar a ação do gênio autoral, cujas qualidades específicas o distinguiriam entre os de sua espécie, tornando-o, assim, responsável pela evolução literária, tal como o conceito de “acidente feliz” darwiniano desempenhava papel preponderante na evolução das espécies. Estabelece-se, pois, através do mesmo paradigma das ciências naturais, já registrado na crítica determinista, uma analogia entre o literário e o biológico, transpondo-se para a crítica literária o conceito de “seleção natural”, remate do conceito de “concorrência vital” (Bonet, 1969, p. 103).

Em oposição às tendências atrás delineadas, Anatole France (1844-1924), arauto do impressionismo, desenvolve uma perspectiva que desloca as pretensões científicas e objetivas do positivismo para um subjetivismo sustentado pelas mutáveis e escorregadias impressões do crítico. Partindo do pressuposto de que a literatura não é objeto de estudo, tampouco de teorização e, sim, de deleite (embora haja uma teorização implícita em seus postulados), concebe a crítica como um gênero ficcional (romance). E, devedor ainda das premissas do biografismo da época, postula a equivalência entre romance e autobiografia, ajuizando, por meio dessa correlação, as qualidades do crítico: “o bom crítico é o que narra as aventuras de sua alma através das obras mestras” (ANATOLE FRANCE *apud* BONET, 1969 p.110). Apesar de recusar qualquer dogmatismo na apreciação crítica das obras, as afirmações judicativas de Anatole France mantêm, a partir de premissas diferentes, teor dogmático análogo ao que ele criticava nas correntes do positivismo científico. E empreende o mesmo deslocamento que desfoca, nas abordagens anteriores, o contorno do objeto visado.

O séc. XX instaura um corte na episteme do século que o antecede, modificando radicalmente o rumo dos estudos literários. A visão totalista e científica de história - da qual a filologia derivava seus conceitos de “nação”, “época” e “influência” e de onde o historiador positivista extraía sua orientação naturalista - são postos em xeque, assim como são questionados os pressupostos do psicologismo impressionista, pelo advento da moderna teoria da literatura, para o qual contribuíram a lingüística saussuriana, a psicanálise de Freud e o desenvolvimento das ciências sociais. Ao invés da concepção de literatura como epifenômeno social ou como ramo de uma ciência hegemônica da qual todas as outras disciplinas derivavam, ou ainda como projeção narcísica do sujeito fruidor, dá-se ênfase agora à produção do discurso e às diferenciações discursivas e, em conseqüência, às indagações acerca da especificidade da literatura e da relação que esta mantém com a “realidade”, em contraposição a outras modalidades de discurso.

Nesse contexto, surgem duas linhas de abordagem do literário, conforme a orientação teórica que as caracteriza predominantemente: as *abordagens de cunho lingüístico* e as de *cunho cultural*, como as distingue Costa Lima (2002, p.453), sem contudo deixar de assinalar os traços comuns que as correlacionam: a já mencionada recusa da história como totalidade e o descrédito e ultrapassagem das fronteiras lingüísticas e nacionais, em contraposição aos métodos orientadores da filologia.

As diferenças entre as duas linhagens apontam, no primeiro caso, para uma concepção imanentista de literatura, a difundida abordagem intrínseca do objeto literário, dando ênfase ao seu caráter verbal, fechado em signos. Postula-se uma compreensão do literário como um universo autônomo em relação ao seu contexto sócio-cultural e histórico, numa reação exacerbada à concepção de história como totalidade. Não é à toa que a orientação teórico-metodológica desse tipo de abordagem tenha a lingüística como sua ciência-piloto. As correntes críticas englobadas nessa primeira linha são, sobretudo, a estilística, tendo-se como referência pioneira Charles Bally (1865-1947), que, como discípulo de Saussure, inseriu a estilística no campo da ciência da linguagem; o formalismo russo (1915-1930), surgido, como se sabe, a partir dos estudos do Círculo Lingüístico de Moscou e da Associação para o Estudo da Linguagem Poética (Opoiáz). Alinham-se a estes, o new criticism, emanado das universidades do sul dos Estados Unidos, nos anos 30, e sua variante inglesa e, por fim, o estruturalismo, na sua vertente francesa de base lingüística dos anos 60, com a irradiação para o campo da literatura das “teses de 1929” do Círculo Lingüístico de Praga. Apesar de suas diferenças internas (que não cabe aqui especificar) e da variedade de tendências no seio de cada uma delas (como acontece principalmente com a diversidade de postulados, muitas vezes contraditórios, do new criticism), as correntes elencadas convergem na indagação dos procedimentos de singularização do literário, quer no destaque dado pela estilística à função emocional da linguagem poética, quer na decantação de sua função desautomatizadora pelos formalistas russos, traduzida no famoso e controvertido conceito de literariedade através do qual se concebe a função poética da linguagem como desvio da norma lingüística, em contraposição à função referencial, segundo as paradigmáticas definições do poético de Chklovski (1971)<sup>4</sup> e Jakobson (1969)<sup>5</sup>. Pela primazia exclusiva da linguagem verbal lingüisticamente orientada, ressaltando o enfoque microscópico das operações constitutivas do poético, como o método de *close reading* da nova crítica, ou a sintaxe da narrativa, a exemplo do estruturalismo, a linhagem de cunho lingüístico depara-se com a impossibilidade de articular o literário ao social, mesmo quando não conceba o extratextual apenas como pano de fundo ou matéria prima para o enquadramento das articulações discursivas.

Em sentido contrário à orientação da tendência de cunho lingüístico, a vertente alternativa caracteriza-se pelo recusa do caráter imanentista da literatura e busca o resgate das articulações entre o literário e o sócio-cultural. A despeito das divergências internas que também as possam distinguir teórica e metodologicamente, tal recusa aponta para a problematização da concepção essencialista de literatura. Concepção derivada do entendimento de que o sentido do discurso literário é fixado por específicos procedimentos estéticos, sem observância das

---

<sup>4</sup> Ver sobretudo o ensaio de Chklovski A arte como procedimento, cuja referência completa encontra-se na bibliografia citada no final deste texto.

<sup>5</sup> Refiro-me especificamente ao célebre ensaio Lingüística e poética, publicado originalmente em *Style in language*, org. por Thomas A. Sebeok (Nova Iorque, M. I. T., 1960). Para a edição brasileira aqui consultada vejam-se as referências bibliográficas no final deste ensaio.

variáveis condições de produção e recepção da obra. O que está em jogo nas tendências críticas de base cultural é a noção de especificidade do literário como algo *a priori* determinado, independentemente do *lugar* em que se situa o intérprete. Nas palavras do autor de *Teoria da literatura em suas fontes*, “a caracterização imanentista é recusada porque algo não se reconhece como literário senão em função do horizonte da cultura, da sociedade, de uma posição determinada dentro desta” (LIMA, 2002 p. 454). Correlata à rejeição do imanentismo é a mudança de relevo concedida à lingüística, convertendo-se esta de ciência piloto à disciplina auxiliar, numa abertura à interdisciplinaridade, embora nem sempre as abordagens inseridas na linha de base cultural consigam uma perspectiva interdisciplinar de forma adequada.

Dentre as vertentes teóricas dessa linha destaca-se a abordagem sociológica, sobretudo as tendências que se situam na intersecção entre a sociologia da literatura e a análise sociológica do discurso literário, a exemplo das posições marxistas de Lukács e Goldmann<sup>6</sup> e das contribuições de René Girard e Auerbach. Inserem-se também na linha cultural a estética da recepção defendida por Jauss, a partir dos anos 60, em Constança (Alemanha), no contexto dos acontecimentos políticos e intelectuais da época, entre os quais se destacam as reivindicações estudantis no âmbito da instituição universitária, e sua variante teórica, a estética do efeito, representada por Iser. Incluem-se ainda nessa linhagem os chamados estudos culturais, de origem anglo-saxônica, tendência marcante hoje nos estudos literários que se voltam para a controvertida questão da pós-modernidade, no contexto da globalização e do “capitalismo tardio”, para lembrar aqui a expressão de Jameson (1985).

Na impossibilidade de delinear neste rápido esboço as configurações específicas de cada uma dessas tendências, as divergências e possíveis correlações de seus pressupostos, além das já rapidamente mapeadas na apresentação da linha em que se encaixam, prefiro recortar uma delas<sup>7</sup>. Aquela que pelo alcance e fecundidade de suas posições pode ensejar o diálogo com as demais correntes (diálogo aqui apenas sugerido) e abrir espaço para que se reflita sobre os rumos dos estudos literários em nossos dias: a estética da recepção. A escolha parece contrariar a abrangência do título deste ensaio e talvez esteja na contramão das expectativas geradas a partir dele. Enfrentemos, no entanto, o risco, sem que ele possa significar a defesa acrílica dos postulados teóricos da vertente em destaque, nem a eleição de

---

<sup>6</sup> Ao insurgir-se contra os modelos imanentistas de abordagem do literário, a exemplo do jovem Lukács, que busca articular o contexto sócio-econômico ao estético pela mediação da forma, as teorias marxistas terminam incorrendo numa concepção reflexa de literatura, pelos impasses não superados na tentativa de articulação de um nível ao outro.

<sup>7</sup> Não é demais frisar que esse despretenso recorte vem subsidiado por significativos estudos sobre a vertente teórica em questão, entre os quais se destaca o ensaio de Carmem Sevilla dos Santos, *Teoria do efeito estético e teoria histórico-cultural: o leitor como interface*, elaborado originalmente como tese de doutorado em Teoria da Literatura, no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE, em 2007, onde foi indicado por uma Comissão Julgadora como a melhor tese do ano na sua área de estudos. O livro encontra-se no prelo da editora da Universidade Federal de Pernambuco. Cita-se aqui a versão pré-publicação.

uma tendência exclusiva, ignorando a natureza interdisciplinar orientadora dos estudos literários contemporâneos.

Subsidiada pela hermenêutica de Gadamer, a estética da recepção postula como sua principal meta a reabilitação da história e, conseqüentemente da historicidade, numa perspectiva teórica que, visando repensar metodologicamente os tradicionais estudos de história da literatura, recusa tanto o historicismo positivista, quanto o materialismo dialético. Para Jauss (1994, p. 22 – grifos do autor), o grande desafio da “ciência literária” é suprir a questão da história da literatura no espaço deixado pelo marxismo e pelo formalismo, cujos métodos compreendiam o “*fato literário* encerrado no círculo fechado de uma estética da produção e da representação. Com isso, ambas privam a literatura de uma dimensão que é componente imprescindível tanto de seu caráter estético quanto de sua função social: a dimensão de sua recepção e de seu efeito”. Em contraposição às orientações criticadas, o autor de *História da literatura como provocação à teoria literária* defende a “relação dialógica” entre literatura e leitor, “relação esta que pode ser entendida tanto como aquela da comunicação (informação) com o receptor quanto como uma relação de pergunta e resposta” (JAUSS, 1994, p. 23). Tal atividade responsiva tem, conforme as palavras do teórico, uma dupla implicação: estética e histórica. No primeiro caso, a recepção primária de uma obra pelo leitor encerra uma avaliação de seu valor estético pela comparação com outras obras já lidas. A implicação histórica atualiza-se numa cadeia de recepções, que possibilitaria a continuidade e enriquecimento da compreensão dos primeiros leitores pelas gerações subseqüentes. Tal fato decidiria o próprio significado histórico de uma obra e a visibilidade de sua qualidade estética. Jauss mede os parâmetros objetivos dessa percepção através do conceito de *horizonte de expectativas* adaptado de Gadamer. O horizonte de expectativa pressupõe que a recepção, embora considere as reações individuais do leitor a um texto, escape ao psicologismo e torne-se um fato social, “trans-subjetivo”, que marca os limites dentro dos quais uma obra é compreendida em seu tempo, condicionando a ação do texto.

As diferenças entre as posições de Jauss e a de Iser consistem no relevo dado por cada um deles aos termos que designam suas respectivas vertentes teóricas. Segundo Costa Lima (1979, p. 25 – grifo do autor)), em texto onde situa essa tendência no panorama da crítica contemporânea, “O leitor demanda (d) a literatura:

[...] as posições de Jauss e Iser não são, nem nunca foram totalmente homólogas. Ao passo que Jauss está interessado na *recepção* da obra, na maneira como ela é (ou deveria ser) recebida, Iser concentra-se no *efeito* (*Wirkung*) que causa, o que vale dizer, na *ponte* que se estabelece entre um texto possuidor de propriedades – o texto literário, com sua ênfase nos vazios, dotado, pois, de um horizonte aberto – e o leitor. Com o primeiro, pensa-se de imediato no receptor, com o segundo, ele só se cogita mediatamente”.

A diferença entre recepção e efeito direciona a atenção dos dois teóricos para orientações distintas. Enquanto a ênfase na recepção enfatiza mais um dos pólos considerados, no caso o destinatário, que regula tal recepção, o destaque do efeito considera, sobretudo, a relação texto-leitor como a díade reguladora desse efeito. Nas palavras de Carmem Sevilha dos Santos (2007, p.23-24) “o efeito seria construído pelo leitor a partir do preenchimento dos vazios; a recepção, por sua vez seria denunciada pelos horizontes de expectativa medidos no decorrer do tempo”. As reflexões de Iser sobre os vazios textuais<sup>8</sup> e seu preenchimento pelo leitor abrem caminho para uma teorização do ficcional e para uma concepção da recepção ficcional que não se encontram em Jauss. Costa Lima (1986, p.76) justifica sua preferência por Iser em detrimento de Jauss, ressaltando justamente esse aspecto: “[...] enquanto a sua aparentada, a estética da recepção, tende a não ser mais que uma inteligente sociologia do leitor, a vertente de Iser apresenta instrumentos teóricos capazes de ressaltar, simultaneamente, o ‘potencial inerente’ ao texto ficcional e ‘as normas e valores que governam a visão do leitor’”.

A teorização de Jauss destaca a experiência estética através de três funções básicas, simultâneas e complementares, – *poiesis*, *aisthesis* e *katharsis*, designação atribuída respectivamente às atividades produtiva, receptiva e comunicativa, numa redefinição das categorias aristotélicas. Enquanto a primeira atualiza-se na consciência produtora, designando “o prazer ante a obra que nós mesmos realizamos” (JAUSS in LIMA, 1979, p.79), as duas últimas concernem basicamente à atividade do leitor. A *aisthesis*, dirigida à consciência receptora, é definida pela possibilidade de renovação da percepção: “a *aisthesis* designa o prazer estético da percepção reconhecedora e do reconhecimento perceptivo” (JAUSS. in LIMA, 1979, p. 80). Por sua vez, a *katharsis*, que se realiza como “experiência estética comunicativa básica” assinala tanto a função social da arte, na condição de mediadora, inauguradora e reguladora de normas de ação, quanto a possibilidade de libertação da psique do receptor face aos interesses práticos e cotidianos. Isto é, mediante a identificação com o prazer do outro propiciada pela arte, o receptor alcança “a liberdade estética de sua capacidade de julgar” (JAUSS. in LIMA, 1979, p. 81).<sup>9</sup>

As teses dos teóricos da estética da recepção e do efeito têm suscitado diversos questionamentos, sobretudo quando confrontadas com as concepções formalistas, estruturalistas ou marxistas, que elegem como interlocutores. Indaga-se, por exemplo, se o conceito de quebra do horizonte de expectativa de Jauss, que

---

<sup>8</sup> Iser concebe os textos ficcionais como enunciados que enfatizam e potencializam os vazios inerentes a toda interação social, o que os caracteriza especificamente como discursos dotados de um horizonte aberto. Tais espaços lacunares devem ser preenchidos mediante a projeção do leitor. Este, no entanto, deve considerar no ato interpretativo do ficcional as diversas possibilidades sugeridas pelo texto, a fim de que suas projeções não ocorram de forma independente da orientação textual, fato que acarretaria o fracasso da interação texto/leitor. Da mesma forma, não há interação quando a relação texto/leitor não acarreta a mudança nas projeções do leitor. Ver nesse sentido o ensaio A interação do texto com o leitor, elencado nas referências bibliográficas deste trabalho.

<sup>9</sup> Essas funções não são estanques, podendo haver, como registra o próprio Jauss no ensaio que vimos acompanhando, uma conversibilidade entre elas.

contraria as normas interiorizadas pelo leitor e modifica sua percepção do estético, rompe com as premissas imanentistas por ele rechaçadas. Regina Zilbermanna (1989, p. 35), examinando a noção de valor, decorrente da percepção estética que se modifica historicamente a depender da distância entre a obra e o horizonte de expectativas do público, avalia a questão concomitantemente sob um ângulo positivo e negativo:

De um lado, a noção de valor é, tal como no estruturalismo, avessa à postura idealista que o deposita num conceito universal fora do tempo e da história.; de outro, Jauss não escapa a uma forma simplista, segundo a qual quanto maior a distância, maior a arte. Isso lhe permite opor a arte autêntica à por ele chamada “arte culinária” ou mera diversão [...], como a literatura de massa, alheia ao experimentalismo. Também não deixa de resvalar para o maniqueísmo comum à abordagem dos produtos da indústria cultural, nesse ponto solidarizando-se com a posição de Adorno e dos teóricos da Escola de Frankfurt, tão combatidos em outros aspectos. E, mais significativamente, reitera a visão, neste caso, idealista, de arte autêntica ou superior, de reminiscência, certamente à revelia do Autor, platônica.

Outro ponto controvertido da, “genericamente falando, estética da recepção” e “o cascanhar-de-aquiles da teoria de Iser”, nos termos de Costa Lima, diz respeito à noção de “leitor implícito”. Iser postula essa noção no contexto da teoria do efeito-estético, “tentando buscar justamente o fluxo recíproco de influências na interação texto-leitor”, conforme assinala Santos (2007, p. 26), ao reavaliar o mencionado conceito iseriano no quadro das diferentes perspectivas teóricas que na contemporaneidade defendem tal relação interativa. O pensador alemão define a categoria, um dos pilares básicos de seu arcabouço teórico, em contraposição à figura do leitor empírico:

Não tem existência real, pois ele materializa o conjunto das pré-orientações que um texto ficcional oferece, como condições de recepção, a seus leitores possíveis. Em consequência, o leitor implícito não se funda em um substrato empírico, mas sim na estrutura do texto. [...] A concepção do leitor implícito designa então uma estrutura do texto que antecipa a presença do receptor (ISER *apud* SANTOS, 2007, p.27 – o colchete é da ensaísta).

Funcionando como mediador entre o texto e o leitor real, este designado na citação acima como receptor, a categoria de leitor implícito aproxima-se do leitor ideal, como adverte Santos, na esteira de outros estudiosos, ao mostrar que, através dessa categoria, Iser neutraliza o próprio processo interativo entre texto-leitor, realizando-o apenas por um pólo, o textual. Mostra-se, assim, também devedor da mesma concepção imanentista de literatura já apontada antes a propósito de Jauss:

[...] a teoria de Iser resvala justamente nos perigos para os quais ele próprio advertiu, a preponderância de uma análise apenas em um pólo trazendo a destruição da virtualidade da obra, só efetivada no ato da leitura. Se “a concepção do *leitor implícito* designa então uma estrutura do texto que antecipa a presença do receptor”, o leitor real é negligenciado na análise da interação texto-leitor e mais uma vez caímos no imanentismo textual (SANTOS, 2007, p.27 – grifos da autora).

Os aspectos nevrálgicos assinalados não neutralizam, todavia, a fértil contribuição que a estética da recepção e, em especial, a do efeito oferecem aos quadros da moderna teoria da literatura, a partir, sobretudo, da reavaliação do conceito de ficcional pelo representante da última vertente. Neste sentido, ao lado de uma efetiva teoria do leitor e da interpretação, destacam-se fundamentalmente as reflexões de Iser (não compartilhadas por Jauss, conforme já foi dito) acerca da ficcionalidade e do estatuto ficcional do literário. Em “Os atos de fingir ou o que fictício no texto ficcional”, ensaio bastante significativo no tratamento aprofundado da questão, Iser nega a relação dicotômica que distingue, a partir de um “saber tácito”, a natureza dos textos literários, os ficcionais, por oposição a textos relacionados à realidade. Ao renunciar a tal relação opositiva, que caracteriza não só a concepção do senso comum sobre a literatura, mas também concepções acadêmicas largamente difundidas, ainda devedoras desse senso, Iser afirma não serem os textos ficcionais isentos de realidade, pois neles há uma interação entre real e fictício. Ou seja, o texto ficcional contém realidades identificáveis como realidade social e de ordem sentimental e emocional. O teórico substitui, então, a relação dual real/fictício por uma relação triádica, real, fictício, imaginário. O imaginário é introduzido como um termo de mediação, ou seja, como elemento desrealizador do real e possibilitador da ficção, que se define pelos atos de fingimento: seleção, combinação e desnudamento da ficcionalidade: “[...] Se o texto ficcional se refere à realidade sem se esgotar nesta referência, então a repetição é um ato de fingir, pelo qual aparecem finalidades que não pertencem à realidade repetida. Se o fingir não pode ser deduzido da realidade repetida, nele então surge um imaginário que se relaciona com a realidade retomada pelo texto” (ISER In LIMA, 2002, p. 958). Por meio da ação do imaginário a realidade fingida se caracteriza como um análogo: “*como se*” fosse a realidade do mundo. À teoria da ficcionalidade de Iser e à do leitor e da interpretação, acresce-se uma nova concepção de história, ponto de partida, como ficou dito atrás, da teoria da recepção do próprio Jauss, que, na aula inaugural de 1967, na Universidade de Constança, a aciona como provocação à teoria literária, permeada pelos formalismos e por resquícios residuais da história positivista.

Para fechar estas reflexões que já se fazem longas, restaria indagar como outras tendências da crítica pós-estruturalista, incluindo-se aí o desconstrutivismo e os estudos culturais recebem essa provocação e inserem-se no âmbito desse debate. Mais isso já é matéria para outro texto.

**REFERÊNCIAS**

- CHKLOVSKI, V. A arte como procedimento. In EIKENBAUM et al. *Teoria da literatura: formalistas russos*. Trad. de Ana Mariza R. Filipouski, Maria Aparecida Pereira, Regina L. Zilberman e Antônio Carlos Hohlfeld, 4 ed. Porto Alegre: Globo, 1978, p. 39-56.
- ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In LIMA, Luiz Costa (org). *Teoria da literatura em suas fontes*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v.2, p.955-987.
- ISER, Wolfgang. A interação do texto com o leitor. In LIMA, Luiz Costa (org). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Trad. de Luiz Costa Lima. São Paulo Paz e Terra, 1979, p.83-132.
- JAKOBSON, Roman. Lingüística e poética. In \_\_\_\_\_ *Lingüística e comunicação*. Trad. de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes, 8 ed. São Paulo: Cultrix, s/d. p.118-162.
- JAMESON, Fredric. Pós-modernidade e sociedade de consumo. Trad. de Vinicius Dantas. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo: CEBRAP, 12, jun. 1985.
- JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Trad. de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.
- JAUSS, Hans Robert. A estética da recepção: colocações gerais. In LIMA, Luiz Costa (org) *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Trad. de Luiz Costa Lima. São Paulo: Paz e Terra, 1979, p.43-61.
- JAUSS, Hans Robert. O prazer estético e as experiências fundamentais da *poiesis*, *aisthesis* e *katharsis*. In LIMA, Luiz Costa (org). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Trad. de Luiz Costa Lima. São Paulo: Paz e Terra, 1979, p.63-82.
- LIMA Luiz Costa. Agradecimento e posfácio. In:\_\_\_\_(org). *Teoria da literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro. 3 ed., 2002, p.1027-1033
- LIMA Luiz Costa. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- LIMA Luiz Costa. O leitor demanda (d)a literatura. In: \_\_\_\_ (Org). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Trad. de Luiz Costa Lima. São Paulo: Paz e Terra, 1979, p .9-36
- SANTOS, Carmen Sevilla dos. *Teoria do efeito estético e teoria histórico-cultural: o leitor como interface*. Tese de doutorado. Recife: Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE, 2007.
- ZILBERMAN, Regina. *Estética da recepção e história da literatura*. São Paulo: Ática, 1989.